



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

PROTOCOLO SIC [REDACTED]

SECRETARIA: Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação

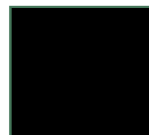
UNIDADE: Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Relatório de sindicância. Documento inexistente. Adequado atendimento da demanda. Inovação no pedido recursal. Negado provimento.

DECISÃO OGE/LAI nº 192/2018

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, número SIC em epígrafe, para acesso a relatório final de sindicância.
2. Em resposta, o ente informou que a sindicância ainda encontra-se em fase de instrução. Em recurso, o cidadão inovou nos questionamentos, tendo a universidade indeferido o mesmo. Insatisfeito, o interessado apresentou recurso cabível a esta Ouvidoria Geral, conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
3. Para analisar a presente situação, vale recordar que a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, XXXIII, assegura ao cidadão o direito de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse, público ou particular. A Lei nº 12.527/2011, regulamentada no âmbito do Estado de São Paulo pelo Decreto nº 58.052/2012, veio dar concretude a esse direito, bem como ao princípio da publicidade, a iluminar todos os atos da Administração Pública, tendo por escopo o acesso à informação disponível, nos termos do artigo 11.
4. No caso em apreço, constata-se que a demanda inicial foi adequadamente atendida, nos termos do artigo 11, §1º, inciso II, da Lei de Acesso à Informação, por terem sido prestadas informações sobre a inexistência do documento requerido, tendo em vista que a referida sindicância ainda se encontra em fase de instrução.
5. Em relação aos novos questionamentos formulados em instância recursal pelo solicitante, observa-se que estes não estavam contidos no pedido originalmente apresentado, não sendo exigíveis mediante recurso, pois a inovação do pleito no âmbito recursal não se coaduna com a sistemática da Lei de Acesso à Informação, na medida em que subtrairia ao órgão demandado a oportunidade de se manifestar sobre o mesmo, atendendo-o espontaneamente no prazo de 20 (vinte) dias, legalmente



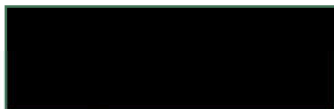


GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

fixado, ou apontando a existência de excepcional circunstância de restrição de acesso.

6. Assinala-se inexistir qualquer óbice à apresentação de novo pedido de informações, com os dados adicionais almejados, como também nada impediria seu pronto atendimento, desde que existentes e disponíveis.
7. À vista do exposto, tendo sido atendido o pedido originalmente formulado e ante a impossibilidade de inovação da solicitação na esfera recursal, **conheço do recurso e**, no mérito, **nego-lhe provimento**, com fundamento no artigo 11, caput e §1º, inciso II, da Lei nº 12.527/2011, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052/2012.
8. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, para ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 11 de junho de 2018.



MANUELLA RAMALHO

RESPONDENDO PELA
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO